

O tema da Reforma da Previdência na arena pública e a organização social: o comportamento dos brasileiros na internet e nas redes sociais e as greves gerais

Viviane da Silva Queiroz Callazans¹

Introdução

Em um momento em que o Brasil enfrenta uma crise política, econômica e de baixa confiança das instituições, uma Reforma da Previdência Social (Proposta de Emenda à Constituição – PEC nº 287/2016) foi apresentada pelo presidente Michel Temer (MDB) para a apreciação da Câmara dos Deputados, após o *impeachment* da presidente Dilma (PT) (2011-2016). O marco temporal desse estudo engloba o período de dezembro de 2016 a dezembro de 2017.

Foram levantados dados quanto à procura do termo “Reforma da Previdência” pelos brasileiros no Google, bem como os períodos de ascensão e queda da pesquisa e as correlações dos acontecimentos no cenário político e social. Também foram analisados o comportamento dos brasileiros e movimentos sociais, como sindicatos e centrais sindicais, nas mídias sociais e nas greves gerais de 2017.

Considerando o cenário apresentado, o presente artigo analisa a reação da sociedade brasileira no ambiente virtual e nos espaços públicos em torno da reforma da Previdência, proposta em um período próximo à disputa eleitoral para a cadeira de presidente do Brasil, além dos 503 deputados federais e de 2/3 dos 81 senadores. O artigo buscou responder à pergunta: *Como os brasileiros reagiram durante os debates da Reforma da Previdência?*

Para responder a essa pergunta, utilizaram-se métodos como: análise documental, ferramentas de mineração de dados digitais e de dados e métricas de *fanpages* no Facebook. Também, pertencente à tradição qualitativa, foram utilizadas a netnografia e a análise de conteúdo para respaldar a análise dos dados coletados. A netnografia consiste em um método que permite coletar dados qualitativos no ambiente virtual. A observação da opinião pública, do comportamento eleitoral e os símbolos usados na interação social poderão esclarecer a resposta procurada (BABBIE, 1999; MAAKAROUN, 2010; VEIGA & GONDIM, 2001).

Para isso, o artigo apresenta-se em 3 momentos. Em sua primeira parte traz, num cenário macro, aspectos teóricos fundamentais da seguridade social e o início da proteção social no

¹ Especialista em Marketing Político, Opinião Pública e Comportamento eleitoral pelo programa de Pós Graduação em Ciência Política da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Especialista em Direito e Processo Previdenciário pelo programa de Pós-Graduação em Direito do Centro Universitário de Belo Horizonte. E-mail viviane_queiroz@yao.com.br.

sistema capitalista. E, no cenário micro, informações sobre a seguridade social no Brasil e as três áreas que compõem o sistema: saúde, assistência social e previdência social. (CAMPOS, 2012; SERAU JUNIOR, 2012)

No segundo tópico, discutimos como se deu o debate da Reforma da Previdência na arena pública e alguns dos atores envolvidos. Na sequência, com a ajuda da escolas do comportamento político (psicológica, sociológica e racional), é possível mensurar possíveis caminhos teóricos do comportamento eleitoral diante desse processo capaz de gerar atitudes políticas que podem influenciar o comportamento eleitoral durante as próximas eleições.

Por fim, a terceira parte traz os resultados encontrados através da análise de dados primários e secundários sobre a PEC nº 287/2016. Entre os resultados encontraram-se indicações de como se construíram as estruturas de interações sociais em torno do tema, velocidade e alcance das informações viabilizados com o uso da tecnologia nesse debate. Em síntese, a opinião pública rejeitou a proposta e prometeu punir os parlamentares favoráveis a ela, negando-lhes o voto, enquanto pretende retribuir nas eleições os deputados e senadores contrários à proposta. A polarização presente no país desde o *impeachment* de Dilma não dividiu os brasileiros nessa pauta específica, que atraiu inclusive brasileiros tidos como mais conservadores.

Seguridade social

A seguridade social é compreendida, segundo Marcelo Barroso, em *Economia e seguridade social* como a estrutura estatal (de serviços e políticas públicas) de atendimento e amparo a situações configuradas como contingências sociais, como p. ex. desemprego, emprego involuntário, fome, pobreza, doença, invalidez etc.

A proteção contra riscos sociais na antiguidade não era atribuição das instituições políticas mas de setores privados da sociedade e ordens religiosas. No regime feudal, os senhores feudais tinham deveres para com os vassalos. Existiam direitos e deveres aos grupos que viviam naquele pedaço de terra. A solidariedade entre os envolvidos já se fazia presente. (SERAU JUNIOR, 2012)

No início do Sistema Capitalista, com o fechamento dos campos e um grande fluxo de pessoas para as cidades ocasionou um inchaço demográfico nas comunidades europeias. Nas cidades, classes rústicas e artesanais, mulheres, velhos, crianças e adultos não detentores dos meios de produção passaram a ter que vender sua força de trabalho, em troca de conseguir amparar necessidades básicas. O excedente da força de trabalho, aliado à ausência de regulação de direitos e deveres resultou em problemas sociais. Vejamos:

O agravamento da questão operária (e de toda a questão social), a partir do fim do século XIX, acarretou na necessidade e ensejou a prática de um forte intervencionismo estatal, cujo primeiro paradigma normativo foram as Constituições de feição social. Nesse contexto é que se produz a e se compreende a primeira legislação social europeia. (...) Nesse sentido, de se destacar, no final do século XIX, as primeiras práticas de seguro social, tal como o sistema implantado por iniciativa de Bismark na Alemanha, nos anos 1883-18889. Esses primeiros sistemas de seguro social eram caracterizados por uma concepção laborista/mutualista. Voltavam-se exclusivamente à proteção das classes trabalhadoras, operando através do pagamento prévio de cotizações ou contribuições, feitos pelas pessoas protegidas ou em seu nome, e garantindo em situações de redução ou eliminação da capacidade de trabalho, a garantia de manutenção dos rendimentos do trabalho anteriormente auferidos (LEAL *apud* SERAU JUNIOR, 2012, p. 27).

Nos Estados Unidos, com a queda da bolsa de valores em 1929, foi necessário pensar em um intervenção estatal para socorrer o caos social resultado da crise. Segundo Serau Júnior, “em 1932 o presidente Frankllin Delano Roosevelt inaugura seu programa de governo conhecido como New Deall, essencialmente uma prática governamental intervencionista, orientada ao escopo de minorar a situação de flagelo social.” (SERAU JUNIOR, 2012, p. 28)

No Brasil, as primeiras previsões constitucionais sobre direitos sociais e seguridade social apareceram nas constituições 1934 e 1937. Nessa época, os direitos sociais estavam vinculados a segmentos específicos de algumas classes da sociedade e a posse da carteira de trabalho era uma condicionante. Com o fim das caixas de pensão e início dos trabalhos dos Institutos de Previdência é que a proteção social foi se universalizando. A criação do Instituto Nacional da Previdência Social - INPS estendeu o atendimento de Saúde para os portadores do documento. Em 1972, com a criação do Funrural houve mais uma ampliação dos direitos sociais. Mas foi com a Constituição de 1988 chega no seu estágio mais inclusivo. (SERAU JUNIOR, 2012, p. 28)

A necessidade de ajustes previdenciários é um tema que frequentou a pauta político-econômica em vários momentos no país, chegando até a presente proposta de reforma. Esta PEC nº 287/16 que pretende alterar a Constituição Federal no capítulo relacionado à seguridade social foi apresentada pelo presidente Michel Temer (MDB) à Câmara dos Deputados, no início de dezembro de 2016. De acordo com o art. 22 da CF/88, é de competência privativa do Presidente da República legislar e encaminhar a matéria sobre seguridade social para apreciação do Congresso.

Essas duas áreas sociais, juntamente com a saúde, formam hoje a seguridade social conforme o art. 194, da CF/88: “*A seguridade social compreende um conjunto integrado de ações de iniciativa dos Poderes Públicos e da sociedade, destinadas a assegurar os direitos relativos à saúde, à previdência e à assistência social*”.

O tema da previdência na arena pública

A Reforma da Previdência, se aprovada, atingirá várias gerações de brasileiros, e esse pode ser um dos motivos para o interesse de muitos pesquisarem na internet o termo “Reforma da Previdência” durante a discussão na Câmara. A proposta foi motivo de dúvidas e os cidadãos utilizaram as ferramentas de busca do Google para se informar. Abaixo é possível verificar os picos da pesquisa do termo “Reforma da Previdência” no Google, de dezembro de 2016, quando a proposta chegou à Câmara, até dezembro de 2018.

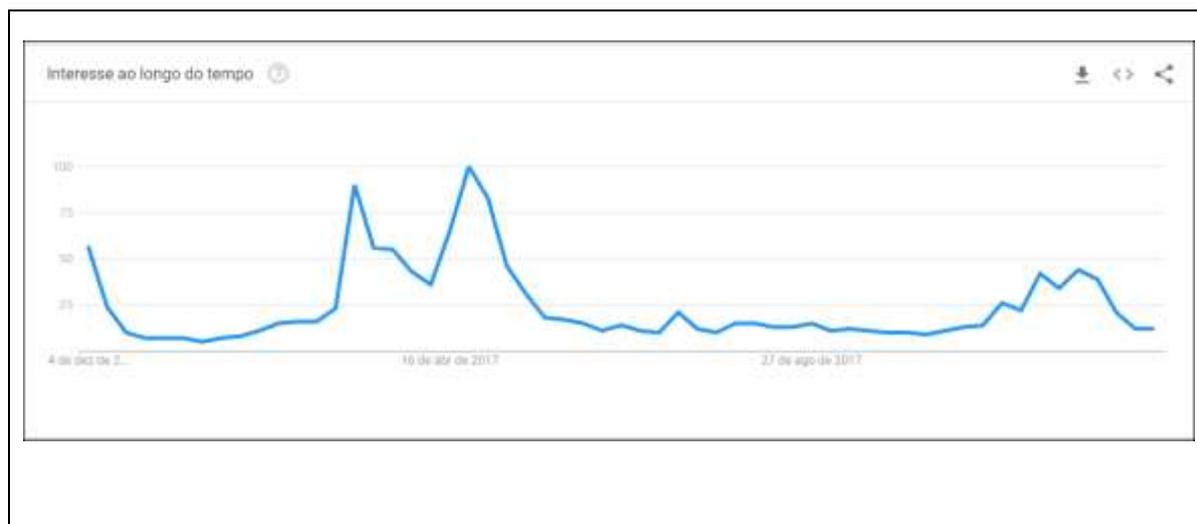


Figura 1 - Picos na ferramenta de busca no Google do termo "Reforma da Previdência"

Fonte: Google Trends

Desse modo, enquanto a matéria estava em discussão na Câmara, os internautas de várias regiões do Brasil fizeram a pesquisa sobre a Reforma da Previdência no *site* de pesquisa Google. Minas Gerais está entre as regiões do Brasil em que mais pessoas fizeram a busca. Os eleitores mineiros figuraram entre os mais interessados na “Reforma da Previdência” durante a discussão na Câmara e ocuparam a segunda posição entre os Estados no *ranking* do Google. O Distrito Federal aparece como líder do *ranking*, e a proximidade com as discussões no parlamento pode justificar essa procura. O Rio Grande do Sul fica na 3ª colocação. Santa Catarina e Acre completam o *ranking* dos 5 Estados do Brasil de onde se originaram mais buscas sobre a “Reforma da Previdência” no período deste estudo.

Além dos termos “Reforma da Previdência”, “greve” e “manifestações”, outras sentenças relacionadas com a busca dos internautas no Google foram “o que muda com a Reforma da Previdência”, “resumo da Reforma da Previdência”, “relator da Reforma da Previdência”. Esses termos de busca são indicativos do interesse da sociedade de entender melhor a matéria através do esquadramento de informações não televisivas.

O período de queda da pesquisa na internet coincide com as denúncias recebidas e divulgadas pelo jornalista Lauro Jardim e publicadas no portal *O Globo* em 17/05/2017², que envolvia parte da classe política brasileira em um escândalo de corrupção. A divulgação de transcrições de depoimentos de delação premiada dos irmãos e empresários Joesley Batista e Wesley Batista foi homologada pelo ministro do STF Edson Fachin. Proprietários da JBS, os empresários relataram como funcionava o financiamento de apoio político no país. Entre as denúncias apresentadas estava uma gravação feita entre Joesley e Michel Temer dentro do Palácio do Jaburu. De acordo com o empresário e os responsáveis pela comunicação da Presidência, a visita aconteceu sem constar na agenda oficial. O furo de reportagem publicado no portal *O Globo* contribuiu para o agravamento de instabilidade política, econômica e institucional que o Brasil já enfrentava. O vazamento dessas denúncias contribuiu para afastar a discussão da Reforma da Previdência da Câmara dos Deputados. A prioridade da Câmara passou a ser a construção de consensos para negar o pedido de denúncia do Ministério Público contra Temer. A divulgação da denúncia aconteceu quando a Reforma da Previdência estava pronta para ir a plenário, dias após a aprovação da PEC na Comissão Especial.

O efeito de cenários de corrupção na sociedade afasta as pessoas do sistema político. O artigo *“Por que os brasileiros não confiam nos partidos? Bases para compreender a cultura política (anti)partidária e possíveis saídas”*, de Marcello Baquero e Bianca de Freitas Linhares, faz uma correlação da descrença nos partidos políticos à corrupção, conforme descrito abaixo:

Da mesma maneira, o crescente processo de individualização, dos problemas sociais e da falta de significado das instituições políticas na vida das pessoas contribui para que elas abandonem o mundo político, perdendo a confiança nessas instituições e nos gestores públicos. Complementa essa deserção dos cidadãos da vida pública e dos partidos a crescente corrupção política tanto de representantes eleitos quanto das instituições políticas.

Em meio ao cenário de reformas, desconfianças e eventos de alta repercussão sobre a corrupção estão os cidadãos inseguros quanto ao que esperar do futuro, e, portanto, dispostos a se fazerem ouvir. Este processo ofereceu motivos suficientes para o tema da Reforma ter conseguido mobilizar milhares de brasileiros a se posicionarem contrários à proposta do Governo. Segundo pesquisa de opinião divulgada em 02/05/2017, pelo Instituto de Pesquisas Datafolha (DATAFOLHA, 2017), a Proposta de Reforma da Previdência “é rejeitada por 7 a cada dez brasileiros (71%)”. A pesquisa também revelou que a rejeição é maior entre aqueles

² <https://m.oglobo.globo.com/brasil/dono-da-jbs-grava-temer-dando-aval-para-compra-de-slencio-de-cunha-21353935> (Acesso em 23/05/2018).

que têm conhecimento sobre a proposta de Reforma da Previdência, se comparada com aqueles que não detêm conhecimento, correspondendo a 78% e 57%, respectivamente.”³

A reação da sociedade contrária à proposta se deu de várias formas e em momentos e espaços diferentes. Além do ambiente virtual, foram organizadas várias manifestações sociais em espaços públicos. Um protesto nacional aconteceu em várias cidades do Brasil no dia 15/03/2017. Centrais sindicais, associações, sindicatos, frentes sociais e várias outras entidades participaram e idealizaram o “Dia Nacional de Luta contra a Reforma da Previdência.” Como já mencionado, neste período observou-se um dos picos de alta procura no site de busca do Google sobre o tema da Reforma da Previdência.



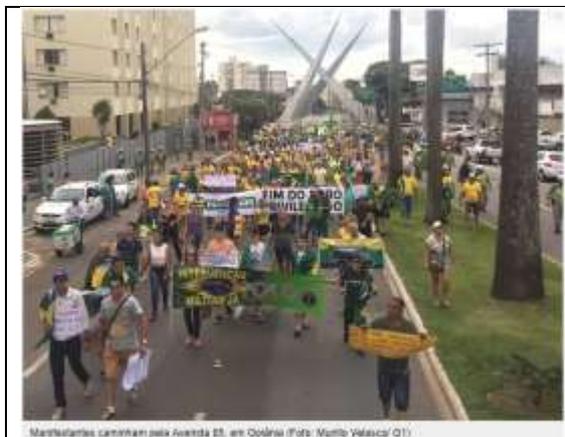
Figura 2 - Foto da Praça Sete, Belo Horizonte, no “Ato contra a Reforma da Previdência”.

Fonte: mídias sociais. Autor desconhecido, 15/03/2017.

26.03.2017 – Manifestação em defesa da Reforma da Previdência

³ Além disso, a pesquisa também revelou: “Quanto às mudanças na idade mínima e no tempo de contribuição para o recebimento integral da aposentadoria, propostas pela reforma (homens, 65 anos e 40 anos de contribuição; mulheres, 62 anos e 40 anos de contribuição), a maioria (87%) declarou ser contra as alterações. Uma parcela de 10% declarou ser favorável às alterações, 1% é indiferente e 2% não opinaram. O apoio a essas alterações é mais alto entre os mais ricos (23%). Aos entrevistados que declararam ser contrários às alterações na idade mínima e no tempo de contribuição para a obtenção da aposentadoria integral, o Datafolha perguntou a quais mudanças eles são contrários: à idade mínima ou ao tempo de contribuição. Uma parcela de 60% declarou ser contra ao tempo de contribuição de 40 anos, 27% contra a idade mínima de 65 para homens, 25% contra a idade mínima de 62 anos para mulheres; e 23%, contra todas essas alterações. A maioria também rejeitou a proposta de limitar para um só o número de benefícios da Previdência que uma pessoa possa receber, caso a soma dos benefícios seja superior a dois salários mínimos. Sete em cada dez (70%) declararam ser contra o limite de um só benefício, 27% são a favor e 3% não opinaram. (INSTITUTO DATAFOLHA, 2017)

No dia 26/03/2017 foi a vez dos Movimento Brasil Livre (MBL) e Vem Para Rua organizarem manifestações em algumas cidades do país com uma pauta mais difusa. Entre os itens, incluía-se a defesa de uma Reforma da Previdência.



Manifestantes caminham pela Avenida E5, em Orlândia (Foto: Murilo Valesco/G1)

Figura 3 - Foto 26/03/2017, Ato em defesa da Reforma da Previdência.

Foto: Murilo Valesco. Fonte: G1, 2017



A funcionária administrativa Amélia Gonçalves protesta contra a reforma da Previdência (Foto: Murilo Valesco/G1)

Figura 4 - Foto 26/03/2017, Ato em defesa da Reforma da Previdência.

Foto: Murilo Valesco. Fonte: G1, 2017

Entre os que se manifestavam, algumas pessoas foram fotografadas se posicionando contrárias à Reforma. Possivelmente nem se deram conta de que a pauta do ato defendia a proposta de Reforma. Essa foi a única manifestação que ocorreu ao longo desse estudo que era favorável à proposta.

28/04/2017 – Greve Geral

As centrais sindicais, sindicatos, frentes e vários movimentos sociais convocaram e participaram da Greve Geral de 28 de abril de 2017. A manifestação teve pauta variada, mas um ponto presente em comum nas chamadas era a Reforma da Previdência.

Nas vésperas do movimento, o Ministério Público do Trabalho emitiu nota⁴ pública destacando a previsão constitucional da greve, considerando legítimo o movimento contra as

⁴ NOTA PÚBLICA – O MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO, considerando a Greve Geral anunciada para o dia 28.04.2017, vem a público: I – DESTACAR que a greve é um direito fundamental assegurado pela Constituição Federal, bem como por Tratados Internacionais de Direitos Humanos ratificados pelo Brasil, “competindo aos trabalhadores decidir sobre a oportunidade de exercê-lo e sobre os interesses que devam por meio dele defender” (art. 9º da CF/88); II – ENFATIZAR a legitimidade dos interesses que se pretende defender por meio da anunciada Greve Geral como movimento justo e adequado de resistência dos trabalhadores às reformas trabalhista e previdenciária, em trâmite açodado no Congresso Nacional, diante da ausência de consulta efetiva aos representantes dos trabalhadores (Convenção OIT nº 144); III – REAFIRMAR a posição institucional do Ministério Público do Trabalho – MPT contra as medidas de retirada e enfraquecimento de direitos fundamentais dos trabalhadores contidas no Projeto de Lei que trata da denominada “Reforma Trabalhista”, que violam gravemente a Constituição Federal de 1988 e Convenções Fundamentais da Organização Internacional do

Reformas da Previdência e Trabalhista. Por fim, reafirma o seu posicionamento quanto ao entendimento de que essas reformas vão na contramão do Estado de Direito, enquadrando-se como retirada de direitos fundamentais.

Para evidenciar o alcance da insatisfação com a reforma previdenciária, revista VEJA fez uma enquete (VEJA, 2017) no seu *site* nas vésperas da Greve Geral questionando se as pessoas eram favoráveis ou contrárias ao movimento marcado para o dia 28/04/2017. A maior parte dos participantes manifestou-se favorável à Greve Geral, destaque-se, de maneira aparentemente contraditória, tendo em vista que os eleitores da publicação têm perfil sabidamente mais conservador. A Reforma da Previdência, assim, parece sensibilizar eleitores com vários perfis ideológicos. O resultado da enquete da Revista teve 98% dos votos a favor da Greve Geral.⁵

24/05/2017 – Brasília

Em 24/05/2017, considerando a localização geográfica na capital brasileira, aconteceu em Brasília ato convocado pelas centrais sindicais, sindicatos e movimentos sociais representantes de várias categorias de trabalhadores para levar, representativamente, o povo brasileiro a Brasília para discutir a proposta de Reforma da Previdência com os parlamentares. Alguns relatos de violência e abuso, tanto de policiais como de manifestantes, tiveram repercussão midiática. Em decorrência disto, as portas do Parlamento foram fechadas.

Trabalho; IV – RESSALTAR o compromisso institucional do MPT com a defesa dos Direitos Sociais e com a construção de uma sociedade livre, justa, solidária e menos desigual. (MPT, 2017)

⁵ VEJA. Enquete: você concorda com a greve geral desta sexta-feira. 26 de abr de 2017. Disponível: <http://veja.abril.com.br/brasil/enquete-voce-concorda-com-a-greve-geral-desta-sexta-feira/#> Acesso em 10 de outubro de 2017.



Figura 5 – Ato contra Reforma da Previdência em Brasília. Fonte: *fanpage* O GLOBO.

Ao final da tarde, um decreto publicado por Temer, em edição especial do *Diário Oficial da União*, surpreendeu o país o colocando sob grande tensão. O presidente autorizou o uso das Forças Armadas para garantir a lei e a ordem. A medida aconteceu através da publicação de Decreto sem número e teria duração de 24/05/2017 a 30/05/2017⁶. Ministros do STF mostraram-se surpresos com a autorização do Presidente, que no dia seguinte recuou da decisão.

Trâmites políticos para a aprovação da reforma da previdência

Em Brasília, conforme registros retirados do *site* da Câmara dos Deputados ocorreram audiências públicas para debater a pauta. No entanto, a participação da maior parte da sociedade pode ter sido limitada pela localização geográfica da capital brasileira. O processo para aprovação de uma PEC exige a construção de consenso. Na Câmara dos Deputados, é necessário para a aprovação de proposta de emenda quórum qualificado, com 2/3 (dois terços) dos votos. A PEC, se aprovada na Câmara, segue para votação no Senado. Dos 81 senadores, é necessário obter também 2/3 (dois terços) dos votos para aprová-la.

A votação de PECs está diretamente ligada com o papel dos partidos políticos em sociedades democráticas. De acordo com Bianca de Freitas Linhares e Marcello Barquero:

(...) no caso dos partidos políticos, é imperativo que sejam eficientes na sua capacidade de mediação política, de educação política, de articular e agregar os interesses de diferentes setores da sociedade, produzindo, desse modo, mais credibilidade e legitimidade aos olhos da cidadania. No entanto, o que tem ocorrido é o contrário: o desempenho dos partidos políticos não está à altura das expectativas que os cidadãos criaram por ocasião desse processo de revigoração

⁶ <https://g1.globo.com/politica/noticia/veja-a-integra-do-decreto-de-temer-sobre-a-garantia-da-lei-e-da-ordem-no-df.ghtml> (Acesso em 23/05/2018)

democrático. Diante desta situação, no caso brasileiro observa-se uma situação na qual, de maneira semelhante a outros países, a democracia em seu sentido difuso mostra um fortalecimento, mas ao mesmo tempo as instituições políticas, particularmente dos partidos políticos, são considerados instituições pouco confiáveis e, em alguns casos, inclusive, dispensáveis.

Então, pensando na estruturação de representação em que os parlamentares estão inseridos, é necessário que haja alinhamento entre suas bases eleitorais diante das pautas legislativas. Porque pode existir um entrave decorrente da divergência de expectativas sobre a postura dos representantes e a vontade popular. Em *Voto e estratégias de comunicação política na América Latina*, 2015, obra organizada por Helcimara Telles e Antônio Lavareda, Telles e Mundim explicam a importância de compreender o perfil dos eleitores e a importância deles nas democracias:

Na construção da ordem democrática, o perfil dos eleitores médios tem consequências sobre três aspectos cruciais do sistema político, ao definir os limites dos políticos, ditar as estratégias dos sistemas e determinar o número de jogadores (LEWIS-BECK *et al.* 2008). O comportamento do eleitor é fundamental para a constituição do sistema político, pois as democracias dependem não apenas das instituições, mas também das decisões tomadas pelo eleitores. (TELLES, LAVAREDA (orgs.), 2015, p. 15)

Para compreender o comportamento dos eleitores no processo legislativo, durante as discussões da proposta de alteração da seguridade social na Câmara e os possíveis reflexos no próximo pleito eleitoral, é necessário um estudo das escolas do comportamento político e das teorias da decisão do voto e o papel da mídia.

Escolas do Comportamento Eleitoral

As escolas do comportamento político, como revisa Mundim, seguindo a lógica implementada por autores como Figueiredo (1991) e Bearls (2008), os estudos sobre o comportamento político podem ser classificados em três correntes principais: sociológica, psicológica e escolha racional.

A primeira das teorias estabelecidas foi a Teoria Sociológica, desenvolvida na Universidade de Columbia entre 1940 e 1950, liderada por Paul F. Lazarsfeld. Segundo Mundim (MUNDIM, 2010), essa teoria pode ser assim resumida:

(...) por duas passagens do *The People's Choice*: “as pessoas votam em grupo” e “uma pessoa pensa politicamente como ela é socialmente. Características sociais determinam a referência política.” [Lazarsfeld, Berelson e Gaudet, 1948 (1942): 137,27]. Com isso Lazarsfeld *et al* queriam simplesmente dizer que as preferências e opiniões políticas dos eleitores são determinadas pelas características sociais do grupo a que pertencem.

A segunda escola é a Teoria do Comportamento Psicossocial e foi estabelecida pela Universidade de Michigan (EUA), nos anos 50. Nessa teoria o livro referencial é o *The American Voter*, liderado por Campbell e Converse. Nessa teoria, o comportamento eleitoral é compreendido através da aplicação de *survey*, garantindo a mineração de dados quantitativos das predisposições psicológicas dos eleitores. A Teoria Psicológica, segundo revisa Telles e Mundim (TELLES, LAVAREDA (org.), 2015, p.20):

[...] não se confunde com a teoria sociológica e são diferentes, veja: Em termos teóricos, o modelo psicológico tem, logicamente, as motivações, inclinações ou predisposições psicológicas dos eleitores como principal foco de análise, ao contrário da classe de origem social, e presta especial atenção ao papel que os valores (morais, sociais, políticos, etc.), adquiridos durante os processos de socialização, podem exercer nas decisões políticas.

Segundo revisa Siqueira (SIQUEIRA, 2015), “esta teoria busca analisar, no nível micro da sociedade, as inferências indutivas dos sujeitos. Pois, ao conhecer suas propensões comportamentais, pode-se prever o comportamento de agregados sociais e seus efeitos na vida pública. Nessa teoria, a relação eleitor-partido é muito relevante, fazendo das instituições fortes preditoras do voto.”

Por fim, a terceira teoria, conhecida como a Teoria da Escolha Racional, foi desenvolvida entre o final da década de 1960 e o início da década de 1970. Surgiu após uma série de críticas quanto aos modelos de teorias anteriores. Telles e Mundim (TELLES, LAVAREDA (org.), 2015, p, 21) descrevem esse momento como:

O final dos anos 1960 e o início dos 1970 foram marcados por críticas e revisões dos modelos de comportamento eleitoral anteriores. Elas tinham como base, principalmente, uma pesquisa intelectual particular, a teoria da escolha racional, cujas contribuições para as pesquisas sobre eleições e voto foram resumidas por Bartels (2008, p. 16-17) da seguinte maneira – ela permitiu: a) a aplicação da hipótese da maximização da utilidade desenvolvida na teoria econômica à análise do comportamento político; b) “reorganizou o conhecimento existente” e incorporou os achados dos antigos modelos sob a rubrica conceitual do “voto retrospectivo”, levado a cabo, com esta denominação, pelo trabalho seminal de Fiorina (1982); c) “estimulou novas descobertas” e “levantou novas questões para os pesquisadores do comportamento eleitoral.” (TELLES, LAVAREDA (org.), 2015, p. 21)

A Teoria da Escolha Racional tem entre suas perspectivas que o indivíduo é racional na hora de votar. Sendo capaz de mensurar os seus interesses e calcular os benefícios para embasar a escolha do voto. A decisão do voto pode perpassar por interesses individuais do eleitor ou por interesses do(s) grupo(s) da sociedade em que o eleitor está inserido.

Pela Teoria Racional, os indivíduos estabelecem objetivos, metas e meios de como alcançá-los. Para isso, cria mecanismos para obter as informações de forma mais rápida e resumida, utilizando-se de atalhos cognitivos. Para facilitar a obtenção de informações, os eleitores acabam de alguma forma delegando esse papel para outros atores da sociedade. A mídia, nessa teoria, aparece como influenciadora do processo de decisão do voto. Mas os efeitos dessa influência são limitados. Isso acontece, por exemplo, quando outros atores se empoderam das notícias publicadas para oferecer um enquadramento diferente, oportunizando um outro ponto de vista da mesma questão. Esse novo enquadramento dado à notícia pode influenciar eleitores mais que a notícia propriamente dita.

Essa teoria, segundo Siqueira, “se estabelece nos pilares econômicos e da lógica utilitária. E a preferência partidária é a variável decisiva para predizer comportamentos dos cidadãos. Isso quer dizer, o eleitor espera obter benefícios maiores se o partido com que mais simpatiza se aproximar das propostas políticas e opiniões dele próprio.” (SIQUEIRA, 2015)

A internet, os eleitores e a Reforma da Previdência

O uso da internet nas sociedades democráticas é objeto de vários estudos. Wilson Gomes (UFBA), no seu artigo “Internet e participação política em sociedades democráticas” (GOMES, 2005) revela que:

Como corretamente apontou Peter Dahlgren, “a questão hoje não é tanto como a internet vai mudar a vida política, mas, sobretudo, o que pode motivar mais pessoas a ver-se como cidadãos de uma democracia, a envolver-se na política e – para aqueles que têm acesso – a empregar as possibilidades que a rede ainda oferece. Algumas respostas deverão ser encontradas na rede mesma, mas a maioria reside nas nossas circunstâncias sociais.” (2001, p. 53). É preciso, então, que se saia o mais rapidamente possível da retórica do diagnóstico (positivo ou negativo) para uma perspectiva de responsabilidade e tarefa.” (GOMES, 2005, p.76).

Simultaneamente às pesquisas registradas no site de busca do google sobre a Reforma da Previdência também ocorreram muitas manifestações nas Redes Sociais. A utilização pelos cidadãos de ferramentas como as mídias sociais para compartilhar informações faz parte do dia a dia de muitos eleitores. Portanto, este estudo monitorou os compartilhamentos pelos eleitores de notícias relacionadas à Previdência e as ações dos políticos, e a forma que essas ações podem influenciar nas próximas eleições, de acordo com a Teoria da Escolha Racional do Voto.

Para compreender o que internautas opinavam nas mídias sociais sobre a Reforma da Previdência, realizou-se uma análise de conteúdo dos comentários dos *posts* compartilhados

em uma *fanpage*⁷ contrária à proposta no mês de junho de 2017. O mês foi escolhido por anteceder o recesso parlamentar no ano de 2017. Para isso, considerando que essa pesquisa tem um viés qualitativo e que não tem representatividade estatística, optou-se por trabalhar com uma amostra qualitativa por conveniência, capaz de atingir o grau de saturação dos discursos. Em junho, ao todo, foram 2.157 comentários analisados. Os eleitores que participaram da Fanpage analisada contrária à proposta expressaram suas opiniões e, a partir desses comentários, contabilizaram-se mais de 27 mil palavras, diversas se repetindo muitas vezes e ganhando um grau de relevância entre os posts.

A partir de uma análise geral, percebemos que a crise nas instituições e a descrença no sistema político resultou em um grande número de comentários pedindo uma “intervenção militar” no Brasil. A sensação dos eleitores é de que os deputados não representam o povo. A descrença em relação ao governo está presente. Outro termo também utilizado pelo internautas com bastante frequência é “foragolpistas”, indicando que a saída da presidente Dilma não foi aceita por boa parte dos brasileiros. Outro ponto que o termo indica é a polarização existente entre os eleitores. Ainda aparecem “foratemer” e “diretasjá”. Os pedidos de “nãoareformadaprevidencia” também merecem destaque nesta narrativa. Súplicas a Deus também são observadas na análise das palavras. Interessante é que um termo curioso apareceu com bastante intensidade entre os comentários: “foracleptoplutocorporatocracia”. O radical grego *clepto* remete a roubo, o outro radical, *pluto*, sugere grande riqueza, poder, hegemonia da elite político-econômico-financeira, tendo sido a palavra “cleptoplutocorporatocracia” utilizada para indicar um desejo dos eleitores pelo fim da enorme corrupção na engrenagem do sistema político.

Quando cidadãos compartilham a opinião nas mídias sociais inicia uma sequência de estímulos nas suas redes de contatos. O livro *Neuropropaganda de A a Z – O que um publicitário não pode desconhecer*, de Antônio Lavareda e João Paulo Castro, apresenta estudos sobre esse contágio ocasionado pelas redes sociais nos usuários:

O córtex cingulado anterior estimula o sentimento de confiança no grupo e a disposição de seguir a opinião da maioria. Ou seja, é reconfortante para o cérebro quando nos unimos a outras pessoas, mesmo quando não temos certeza da decisão. A

⁷ Por meio do aplicativo NETVIZZ (aplicativo disponível no próprio Facebook), uma busca com o termo “aposentadoria” no Facebook encontrou 466 Fanpages organizadas em 84 categorias, que conta com 1.366.022 seguidores na soma de todas elas. Juntas, essas 34 comunidades resultam em um total bruto de 1.227.212 seguidores (sendo que um usuário pode pertencer à uma ou mais comunidades), sendo que as quatro primeiras comunidades concentram 99,09% dos seguidores das Fanpages levantadas relacionadas com a aposentadoria. Conforme informações da comunidade a Fanpage analisada foi criada para as pessoas discutirem sobre a PEC da Previdência e por isso essa foi uma das motivações em selecioná-la para ser analisada. Tendo em vista as profundas discussões sobre ética em pesquisa (MINAYO, 2010), o nome da Fanpage não será divulgado para preservar a identidade dos indivíduos analisados.

chancela dos desconhecidos, especialmente nas redes sociais, transmite uma sensação maior de segurança. (LAVAREDA & CASTRO, 2017)

Quando a análise voltou seu olhar sobre as Fanpages dos deputados federais a análise dos dados verificou uma tensão e ausência de harmonia entre os anseios dos eleitores, o comportamento dos parlamentares e as estratégias de comunicação. Uma parte dos deputados federais provocados a se manifestarem sobre a reforma podem ter se sentido pressionados pela opinião pública; e, por isso, preferiram não explicar a proposta para facilitar a aceitação dos cidadãos. Isso inibe a participação e a compreensão dos eleitores sobre a pauta. Essa forma de encarar momentos de tensão pode contribuir para uma sensação de abandono dos cidadãos pelo poder público, contribuindo para um aumento da crise de representatividade no país.

Cabe deixar registrado neste momento a dificuldade de retorno de respostas dos deputados sobre o posicionamento da pauta da Reforma da Previdência. A constatação dessa dificuldade foi publicada em matéria intitulada “*Deputados ignoram e-mail de eleitor, indica teste da Folha*”. Divulgada no *site* da Folha de S. Paulo, a matéria descreve a dificuldade na coleta de dados para apurar o comportamento dos parlamentares em torno da Reforma da Previdência e vai além, demonstrando que os deputados apagavam os *e-mails* que chegam às suas caixas postais com o tema “Reforma da Previdência” (FOLHAUOL, 2017)⁸.

Alguns dos parlamentares favoráveis à proposta de Reforma da Previdência preferiram não deixar qualquer estoque de conhecimento para seus eleitores sobre a PEC nº 287. O fato de a maior parte dos eleitores ser contrário à proposta não foi suficiente para que alguns deputados se preocupassem em esclarecer a proposta para a sociedade e explicar sua necessidade, justificando, com isso, o posicionamento do parlamento em torno da pauta.

Como visto, o tema da reforma da previdência traz certo consenso sobre a percepção de eleitores com tendências ideológicas tanto à direita quanto à esquerda. As estratégias de comunicação dos deputados de direita revelam, em sua maioria, um posicionamento “em cima do muro”, pelo menos no que tange à comunicação do tema nas redes. O pedido dos internautas da negativa da proposta não foi suficiente para sensibilizar uma grande parte dos parlamentares, que aprovaram o parecer pela aprovação da matéria nas comissões.

Considerações finais

O importante papel dos partidos políticos e sua indispensabilidade para a sociedade brasileira perde relevo quando representantes não dialogam com representados, como

⁸ Disponível em <http://www1.folha.uol.com.br/mercado/2017/05/1883241-60-dos-deputados-ignoram-e-mails-de-eleitor-indica-teste-da-folha.shtml> . Acesso em 24 de mai de 2018.

aconteceu em torno do tema da Reforma da Previdência, aprofundando a crise institucional. O debate de opiniões deve fazer parte de sociedades democráticas para a construção de consensos. As votações de projetos legislativos devem ter legitimidade, amparo eleitoral. Para tanto, faz-se necessária disposição para um debate verdadeiro entre as várias partes da sociedade, com vistas à convergência de opiniões. O papel do parlamento é representar segmentos da sociedade, promover debates e aprimorar regras de grande interesse social, que devem estar em sintonia e sinergia com a opinião pública, viabilizando o apoio da cidadania aos trabalhos do Legislativo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BABBIE, E. . *Métodos de Pesquisas de Survey*. (G. Cezarino, Trad.) Belo Horizonte: UFMG, 1999.

BAQUERO, Marcelo; LINHARES, Bianca de Freitas. *Porque os Brasileiros não confiam nos Partidos? Bases para Compreender a Cultura Política (Anti) Partidária e Possíveis Saídas*. In. **Revistas Debates**, Porto Alegre, v.5, n.1, p.89-114, jan. jun.2011. Disponível em: <http://seer.ufrgs.br/debates/article/viewFile/20058/12123> . Acesso em 24 de mai de 2018.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil. Texto constitucional promulgado em 05.10.1988, com as alterações adotadas pelas Emendas Constitucionais n. 1/92 a 99/2017 . Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm . Acesso em: 24 de mai de 2018.

CAMPOS, Marcelo Barroso Lima Brito de. *Direitos Previdenciários Expectados: a segurança na relação jurídica previdenciária dos servidores públicos*. Curitiba: Juruá, 2012. 188 p.

DATAFOLHA, I. d. *Reforma da Previdência é rejeitada por 71% dos brasileiros*. Disponível em Instituto de Pesquisa Data Folha: <http://datafolha.folha.uol.com.br/opiniaopublica/2017/05/1880384-reforma-da-previdencia-e-rejeitada-por-71-dos-brasileiros.shtml> . Acesso em 26 de ago de 2017.

DEPUTADOS, Câmara dos.. PROPOSTA DE EMENDA n.º 287. *Altera os arts. 37, 40, 109, 149, 167, 195, 201 e 203 da Constituição, para dispor sobre a seguridade social, estabelece regras de transição e dá outras providências*. Disponível em Câmara dos Deputados: http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra;jsessionid=458E2B33B1052B7B32395D2383A5FF85.proposicoesWebExterno2?codteor=1558085&filename=Avulso+-PEC+287/2016%3E%20Dispon%3%ADvel:%2007%20set.%202017 . Acesso em 24 de mai de 2018.

GOMES, Wilson. Internet e participação política em sociedades democráticas. *Famecos*, 2005.

MAAKAROUN , Bertha . A campanha presidencial de 2006 e as estratégias utilizadas por eleitores para o processamento das informações políticas, 2010.

MUNDIM, Pedro. Cientistas Políticos, Comunicólogos e o Papel da Mídia nas Teorias da Decisão do Voto. *Revista Política Hoje*, 2010, 343.

NOBLAT, Reinaldo. O GLOBO. *Reforma da Previdência subiu no telhado*. (22 de mai de 2017) . Disponível em: <http://noblato.globo.com/meus-textos/noticia/2017/03/reforma-da-previdencia-subiu-no-telhado.html> . Acesso em 23 de ago de 2017.

SERAU JUNIOR, Marco Aurélio. Economia e seguridade social. 2ª edição. Curitiba: uruá, 2012.

SIQUEIRA, Marina Rodrigues. A influência dos Partidos Políticos na Micro e na Macro Política por meio da Heurística em Perspectiva Comparada entre a Euriopa e a Amérca Latina. *V CONGRESSO DE CIÊNCIA POLÍTICA E DIREITO ELEITORAL DA OAB*, 2015.

TELES, Helcimara; MUNDIM, Pedro. Comportamento Eleitoral e Comunicação Política. In: Helcimara Telles; Antonio Lavareda. (Orgs.). Voto e estratégias de comunicação política na América Latina. 1ed. Curitiba: Appris, 2014, v.1, p.4-25.

VEIGA, Luciana. GODIM, Sonia Maria Guedes. (2001). A utilização de Métodos qualitativos na Ciência Política e no Marketing Político. *Opinião Pública*, VII, 115.

Brasil, *Revista Veja*. Enquete: você concorda com a greve geral desta sexta-feira. 26 de abr de 2017. Disponível: <http://veja.abril.com.br/brasil/enquete-voce-concorda-com-a-greve-geral-desta-sexta-feira/#> Acesso em 10 de outubro de 2017.